

A teoria do Estado do “marxismo ocidental”. Gramsci, Althusser, Poulantzas e a chamada derivação do Estado

Joachim Hirsch

Goethe-Universität, Frankfurt am Main, Hessen, Alemanha.

John Kannankulam

Philipps-Universität Marburg, Marburgo, Hessen, Alemanha.

Jens Wissel

Universität Kassel, Kassel, Hessen, Alemanha.

Versão original: Die Staatstheorie des “westlichen Marxismus”. Gramsci, Althusser, Poulantzas und die so genannte Staatsableitung. In: Hirsch, Kannankulam, Wissel (orgs.). “Der Staat der Bürgerlichen Gesellschaft – Zum Staatsverständnis von Karl Marx”, Baden-Baden: Nomos, 2015, pp. 93-119.

Tradução

André Vaz Porto Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Revisão Técnica

Luiz Felipe Brandão Osório

Professor Adjunto de Direito e Relações Internacionais da UFRRJ.

O desenvolvimento da teoria materialista do Estado a partir de Marx é caracterizada essencialmente pela diferença entre, por um lado, o marxismo “do leste” – isto é, o desenvolvido na União Soviética pós-revolucionária e posteriormente nos países de sua área de poder - e, por outro lado, o marxismo “ocidental” (cf. especialmente, quanto a isto, ANDERSON, 1978). Enquanto o primeiro definiu-se em grande medida pelo interesse acerca do aparelho de domínio estatal-socialista e continha traços economicistas e histórico-deterministas, no interior do segundo realizou-se um crítico e contínuo debate com a perspectiva marxiana. Por fim, tratou-se, igualmente, de transformar em produtiva a análise marxiana das formas sociais para a teoria do Estado, para uma elaboração mais precisa da teoria da ideologia, na tentativa de decifrar a metáfora teórica da base-superestrutura e, nesse contexto, sobretudo, também por essa razão, demonstrar a autonomia dos processos políticos e das lutas sociais para o desenvolvimento social, bem como para a transformação do Estado.. Faz parte desse contexto toda uma série de abordagens verdadeiramente diversificadas, que também são desenvolvidas para cada quadro histórico e institucional. Por exemplo, algo das pesquisas de Otto Kirchheimer e Franz Neumann sobre a crise do Estado de Direito burguês e a estrutura do aparelho de domínio nacional-socialista, ou também as análises de Thalheimer sobre o fascismo (THALHEIMER, 1967; KIRCHHEIMER, 1976; NEUMANN, 1977; ver também, nesta coleção¹, o volume sobre Neumann, sobre Kirchheimer e também sobre Adorno e Horkheimer, SALZBORN, 2009; VAN OUYEN, SCHALE, 2011; RUSCHIG, SCHILLER, 2014). Aqui nos limitamos, além de ao debate da Alemanha ocidental acerca da “derivação do Estado”, a Antonio Gramsci², Louis Althusser e Nicos Poulantzas³, que – de maneiras particulares baseados sucessivamente um no outro, e em debate crítico com a interpretação dos Partidos Comunistas acerca do Estado – desenvolveram decisivamente a teoria do Estado marxiana. Seus trabalhos

¹ N.T.: Trata-se da coleção “Staatsverständnisse”, da editora Nomos, de cujo volume “Der Staat der Bürgerlichen Gesellschaft – Zum Staatsverständnis von Karl Marx” foi traduzido o presente artigo.

² Minuciosa exposição acerca da compreensão do Estado de Gramsci e referências atualizadas sobre o ponto encontram-se no volume próprio da presente coleção (BUCKEL; FISCHER-LESCANO, 2007).

³ O mesmo vale para o volume sobre a compreensão do Estado de Poulantzas de Demirović, Adolphs e Karakayanali (2010).

revelaram-se relevantes não apenas para além do círculo estrito do “marxismo”, mas ofereceram também importantes pontos de partida para uma discussão com teorias não marxistas. Estes pontos influenciaram fortemente o desenvolvimento do marxismo ocidental, como se pode constatar, por exemplo, com relação a Foucault (quanto a isso, veja-se a contribuição de Stephan Adolphs⁴). Por fim, mas não menos importante, desenvolveu-se um importante ramo da teoria e da crítica do Estado feministas a partir da confrontação com esses pontos (sobre isso, veja a contribuição de Evi Genetti⁵, e também o volume sobre Estado e gênero nesta coleção – LUDWIG; SAUER; WÖHL, 2009).

A compreensão ampliada de Antonio Gramsci acerca do Estado

Foi Antonio Gramsci quem começou a refletir sistematicamente sobre a independência da política e do Estado. O passo decisivo consistiu na superação de um modelo simples de base-superestrutura, no qual Estado e política são compreendidos apenas como reflexo da base econômica. Essa concepção, que tinha menos a ver com Marx do que com a corrente do marxismo dominante no início do século XX, ligava-se a uma noção teleológica dos processos históricos, pela qual a política não tinha lugar enquanto categoria independente.

Gramsci, em suas análises das relações de força e de hegemonia, vincula-se a Lenin, mas ultrapassa uma concepção de Estado puramente instrumentalista-voluntarista (BUCI-GLUCKSMANN, 1981, p. 87). Com esse novo passo, que coloca em relação a análise do Estado com a análise de relações de força⁶ que não se reduzem a relações econômicas, Gramsci abriu o debate de orientação marxista tanto para uma teorização independente do Estado, quanto para uma compreensão de contingência histórica.

⁴ N.T.: O artigo de Adolphs, na mesma edição, intitula-se “Geschichte der Gouvernamentalität oder materialistische Staatstheorie?”.

⁵ N.T.: O título do artigo de Genetti é “Geschlechterverhältnisse im bürgerlichen Staat. Feministische Denkart materialistischer Staatstheorien”.

⁶ Para o conceito de relações de força, veja WISSEL, 2010.

A compreensão de Gramsci do Estado enquanto unificação de “sociedade política” (isto é, o aparato estatal em sentido estrito) e “sociedade civil”, no entanto, de forma alguma recai no outro extremo, o de uma concepção politicista do Estado. Ao revés, Gramsci supera uma noção reificada dos espaços sociais, pois ele nunca os entende como áreas fechadas em si mesmas, mas sempre como campos nos quais práticas sociais específicas são colocadas em relação umas com as outras. A economia nunca é, assim, tratada como puramente econômica, assim como a política nunca é somente política, ou a cultura apenas cultural.

Gramsci chega a essa observação por meio da reflexão acerca da não irrupção da revolução no ocidente depois da Primeira Guerra Mundial. Sua resposta repousa na natureza do Estado burguês desenvolvido, que, devido a sua estrutura ampliada, não deveria ser tomado de assalto, como havia sido o caso na Rússia. Pelo contrário, o Estado burguês havia formado um sistema cruzado de “trincheiras e casamatas”, que, no confronto com tal Estado, induzem a uma morosa guerra de posição. A referência é à luta pela hegemonia, que é travada preponderantemente na sociedade civil. Esta é, enquanto parte integrante do “Estado ampliado”, privilegiada em relação às instituições imediatamente estatais. Gramsci, então, chega à sua conhecida definição do domínio burguês como “hegemonia encorajada de coerção” (GRAMSCI, 1999, p. 783).

É certo que a hegemonia é desenvolvida na sociedade civil, mas não pode ser entendida somente como uma pura construção ideológica, já que possui sempre também um componente material-econômico que se vincula à interface entre relações de produção e forças produtivas. Os “grupamentos sociais” manifestam-se, como afirma Gramsci, sobre a “base do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, das quais cada uma representa uma função na produção e nesta ocupa uma determinada posição” (GRAMSCI, 1991ff, p. 1560). A sociedade civil localiza-se, enquanto parte do estado ampliado, entre “a estrutura econômica e o Estado, com sua legislação e sua coerção (...)” (ibid., p. 1267). Em seu âmbito estão presentes instituições e organizações que são formalmente separadas do Estado, ou seja, associações, sociedades científicas, igrejas, clubes, redes intelectuais, meios midiáticos, mas

também associações musicais, nomes de ruas, bares, etc. (cf. DEMIROVIĆ, 2001, p. 150). Gramsci torna, portanto, possível ampliar a visualização do Estado, para descrever uma nova forma de direção e governo. Não se tratou, de maneira alguma, somente de transferir o foco da análise para momentos ideológicos, mas muito mais de uma nova práxis no campo do estado ampliado. O Estado burguês não há, por conseguinte, de ser reduzido a seus elementos coercivos:

o estado integral pressupõe a adoção da generalidade dos modos de direção intelectuais e morais de uma classe sobre a sociedade, a maneira pela qual ela pode materializar sua 'hegemonia', e asseguraria por meio de 'equilíbrios de compromisso' seu próprio poder político (...) (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 88).

A teoria do Estado de Gramsci, na qual foram teoricamente assimiladas a derrota dos partidos comunistas ocidentais e a não irrupção da esperada revolução, caiu amplamente em esquecimento após a 2ª Guerra Mundial. Somente quando se despertou, com o movimento estudantil, o interesse em Marx, ganharam novamente importância questões que para Gramsci já eram determinantes. O fracasso do movimento de 68 foi relacionado também com a ausência de uma teorização acerca do Estado burguês (cf. DEMIROVIĆ, 1987, p. 9). Portanto, não foi por acaso que Gramsci tenha sido redescoberto nos anos 70. Foi o filósofo francês Louis Althusser quem inicialmente acolheu formulações centrais de Gramsci em sua teoria.

A concepção de Louis Althusser dos aparelhos ideológicos de Estado

Mesmo que Althusser, em parte, ataque contundentemente a interpretação do marxismo por parte de Gramsci devido a seu “historicismo” – isto é, devido a seu atrelamento imanente à filosofia italiana de inspiração hegeliana, nos moldes de Benedetto Croce, e da interpretação “teleológica” do marxismo associada a ela – (ALTHUSSER, 1972, p. 157 e ss.), ele não deixa de referir-se intensamente a Gramsci em seu mais significativo ensaio sobre o Estado, datado de 1970 - “Aparelhos ideológicos de Estado”, que em 2010, depois de

permanecer esgotado por muito tempo, teve nova edição publicada na Alemanha. Isso é colocado no texto, que é subintitulado “notas para uma investigação”, especialmente numa nota de rodapé. Lá se afirma:

ao que saibamos, Gramsci é o único que avançou no caminho que retomamos. Ele teve a ideia ‘singular’ de que o Estado não se reduzia ao aparelho (repressivo) de Estado, mas compreendia, como dizia, um certo número de instituições da ‘sociedade civil’: a Igreja, as Escolas, os sindicatos, etc. Infelizmente Gramsci não sistematizou suas intuições, que permaneceram no estado de anotações argutas, mas parciais (ALTHUSSER, 2010, nota de rodapé 53).

O que Althusser assume a partir do pano de fundo dessa afirmação de Gramsci é, primeiramente, a constatação de que o Estado e o domínio estatal não se limitam somente ao aparato estatal em sentido estrito. Essas instituições que Althusser coloca como inscritas no aparelho estatal, como a polícia, os tribunais, as prisões, o exército, etc., acima das quais “entronizam-se” o chefe de Estado, o governo e a administração, devem ser analiticamente ampliadas, para que se logre atingir uma pura “teoria descritiva” do Estado burguês (2010, p. 46 e ss.). Partindo do questionamento sobre quais condições devem ser preenchidas para a reprodução das condições de produção capitalista, Althusser amplia a compreensão marxista até então corrente acerca do Estado, na medida em que, ao lado da indispensável reprodução dos meios de produção, sobretudo a força de trabalho deve ser reproduzida. E isso compreende, além da necessidade da imediata reprodução do trabalhador através de moradia ou meios de subsistência, “em suma, tudo que ele necessita para na manhã seguinte – todas as manhãs, se Deus o permitir – apresentar-se novamente à porta da fábrica” (2010, p. 41), fundamentalmente as habilidades de se inserir no processo de trabalho. Isso por não ser de modo algum autocompreensível que trabalhadores e trabalhadoras todas as manhãs levantem-se, apareçam pontualmente em seu posto de trabalho e submetam-se então por oito horas ao processo de trabalho (cf. MEW 23, p. 741 e ss.; THOMPSON, 1980). Para tanto, eles precisam antes ser levados a isto. A instituição na qual as pessoas aprendem isso é, segundo Althusser, sobretudo a Escola. Ao lado do aprendizado de técnicas culturais fundamentais, como ler,

escrever e calcular, recebem as pessoas lá as virtudes secundárias indispensáveis. Em outras palavras,

a Escola (mas também outras instituições estatais [...]) ensinam [...] determinados tipos de *know how*, mas naquelas formas pelas quais se assegura a submissão à ideologia dominante ou [sob o aspecto dos dominantes, segundo o autor] à perícia em seu exercício prático (2010, p. 43).

O domínio estatal não se esgota, portanto, nos aparelhos repressivos, mas também está presente o poder estatal nos assim denominados por Althusser *Aparelhos Ideológicos de Estado* (AIE). Aqueles aparelhos ideológicos de Estado, cuja concepção se coloca reconhecível na tradição gramsciana do Estado ampliado, compreende por exemplo o AIE religioso (as diferentes Igrejas), o AIE escolar, o AIE familiar, o AIE político (partidos, associações), o AIE da informação (mídia), e daí por diante.

A ampliação da compreensão marxista do Estado por parte de Althusser pressupõe, como já havia sido feito em Gramsci, uma interpretação própria do conceito de “base-superestrutura”. As assim chamadas “superestruturas”, nas quais se alocam também a ideologia e o Estado, não são, segundo esta compreensão, “epifenômenos” secundários. Pelo contrário, do ponto de vista da reprodução, constata-se que elas são constitutivas para a existência do todo social (2010, p. 46-47.). O todo social, que Althusser compreende como estrutura com dominante, não se deixa reduzir a um traço essencial como “a economia”. Esse todo e a dominância, verificável no capitalismo, da instância econômica, pode ser compreendida em sua existência apenas através da remissão às instâncias ideológicas e políticas (ALTHUSSER, 1968).

Por trás dessa reformulação do esquema base-superestrutura nos anos 1970, coloca-se também a experiência da fracassada revolta de maio de 1968 na França. A esse fracasso liga-se a questão, tematizada por Althusser, sobre a reprodução e, conseqüentemente, a estabilidade do modo de produção capitalista. Não são somente, portanto, os aparelhos repressivos de Estado que garantem a estabilidade, mas aqui exercem, antes, também um papel preponderante os aparelhos ideológicos de Estado.

Nicos Poulantzas: o Estado como condensação material de relações sociais de força

Nicos Poulantzas foi aquele que, no contexto francês, mais profundamente deu seguimento à teoria materialista do Estado. Ele se dedicou em meados dos anos sessenta ao círculo de Louis Althusser, como se reflete sobretudo em sua obra “Poder político e classes sociais”, publicada pouco antes dos acontecimentos de maio de 1968 em Paris (comparar JESSOP, 1985, p. 13-14). Nessa obra, pela primeira vez Poulantzas ocupa-se amplamente com questões de uma teoria marxista do Estado. Ainda inteiramente em dicção althusseriana, Poulantzas aqui argumenta que um modo de produção compreende diferentes níveis ou instâncias econômicas, políticas, teóricas e ideológicas, e a especificidade do modo de produção capitalista consiste em que a instância econômica guarda dominância no interior do todo complexamente estruturado (1980, p. 12).

A natureza das instâncias setoriais resulta, segundo Poulantzas, de uma combinação específica da estrutura geral de um modo de produção, qual seja: de sua articulação das esferas no interior de um todo complexo. O específico no modo de produção capitalista consiste na separação entre política e economia. Devido a essa especificidade – a autonomia *relativa*⁷ das instâncias em relação a cada qual –, estaria fundamentada a construção de uma teoria política para o modo de produção capitalista.

Poulantzas argumenta, na sequência, que a *função* da instância política enquanto poder estatal institucionalizado consiste em assegurar a *coesão* da sociedade capitalista dividida em classes. O “Estado impede, por assim dizer, a irrupção aberta do conflito político de classes” (1980, p. 40-41 e 48). Ele pode fazer isso sobretudo por tentar se passar, no interior da sociedade dividida em classes, por sua unificação no “povo-nação” (*ibidem*, p. 121 e ss.). O Estado é, finalmente, a corporificação “ilusória” da generalidade já que a unificação dos membros de classe no “povo-nação” produz, a partir de agentes de produção isolados, sujeitos de direito iguais, na qualidade de cidadãos do Estado, e com

⁷ Nesse contexto, é preciso compreender “relativo” sempre num aspecto relacional. A autonomia deve ser compreendida apenas relativamente com outras relações sociais (cf. CHARIM, 2002, p. 38-39).

isso busca “encobrir” a clivagem em classes resultante das relações de produção (*ibidem*, p. 128 e ss.). Além disso, o Estado é “não somente o fato de coesão da unidade de uma formação social”, mas representa a estrutura “no interior da qual se condensam as contradições entre os diferentes níveis de uma formação” (*ibidem*, p. 43).

O modo pelo qual esses processos de condensação se constroem não é, porém, de modo algum verificado antecipadamente. Eles assumem diferentes formas conforme cada modo de produção e formação social (p. 44). Nesse contexto, argumenta Poulantzas que o Estado representa não apenas os níveis de condensação das contradições sociais, mas também consiste numa relação de forças entre os diferentes modos de produção no interior de uma formação social (p. 45).

Esse teorema do Estado enquanto relação de forças ou como condenação material dessas relações, que no interior da discussão materialista sobre o Estado é relacionado essencialmente com o nome de Nicos Poulantzas, somente foi desenvolvida por completo, no entanto, nos trabalhos mais tardios do teórico greco-francês.

Nesse sentido, a última grande obra de Poulantzas, do ano de 1978 – “O Estado, o poder, o socialismo”⁸ –, é desta forma especialmente significativa, pois aqui pôde ele evoluir seu conceito “relacional” de Estado. Em contraste com a acima esquematizada argumentação funcional-classista [*klassenfunktional*] apresentada em “Poder político e classes sociais”, ele não mais agora argumenta que o Estado representa um nível estrutural específico, que vai ao encontro primariamente da função de coesão da sociedade capitalista dividida em classes. Em autocrítica, Poulantzas já argumenta que esse raciocínio, baseado no pensamento de Althusser, seria excessivamente formalista (1976, p. 77 e ss.). Isso porque a concepção dos níveis da estrutura deixa transparecer, segundo Poulantzas, que o econômico representa uma instância autorreprodutível e autorregulada, e que o Estado, ampliado em aparelhos ideológicos e repressivos, prestar-se-ia apenas “a fixar as regras

⁸ Traduzido pela primeira vez para o alemão em 1978, intitulado aqui “Teoria do Estado. Estrutura política, ideologia, socialismo democrático”. Na esteira da renovação do interesse em Poulantzas (cf. PANITCH, 2000; HIRSCH, JESSOP, POULANTZAS, 2001; BRAND, GÖRG, 2003; BRAND, 2005; BRETTHAUER et. al., 2006; DEMIROVIĆ, 2007; BUCKEL, 2007; WISSEL, 2007; MARTIN, 2008; KANNANKULAM, 2008), uma nova edição foi publicada em 2002.

negativas do ‘jogo’ econômico” (POULANTZAS, 2002, p. 59). Entretanto, uma tal concepção traz consigo, em última instância, uma compreensão instrumental e neutra do Estado, pela qual o Estado, enquanto instrumento neutro de política (emancipatória), precisaria apenas ser “conquistado”. Com um tal entendimento, não se responderia, contudo, por que a burguesia

em geral recorre a esse Estado popular-nacional, a esse Estado representativo moderno, com suas instituições específicas, e não a algum outro tipo. Porque não é de modo algum autoevidente que ela escolheria exatamente essa forma de Estado, se ela pudesse, completamente por si e a seu gosto, construir o Estado (*ibidem*, p. 40).

Em contraposição a essas concepções, afirma-se:

O Estado representa um arcabouço material, que de modo algum pode ser reduzida ao domínio político. O aparelho estatal, esse algo especial e assombroso, não se esgota no poder do Estado. O domínio político inscreve-se ainda na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é simplesmente um produto acabado das classes dominantes, estas também não se apoderaram simplesmente dele: o poder do Estado – o poder da burguesia no Estado capitalista – deixou pegadas nessa materialidade. Nem todas as ações do Estado reduzem-se ao poder político, mas elas se caracterizam por ser constitutivas dele (*ibidem*, p. 42).

No mesmo sentido de Althusser e, antes dele, Gramsci, salienta Poulantzas que aparelho de Estado e poder de Estado não são idênticos. Os aparelhos de Estado não se limitam ao poder de Estado da burguesia. O aparelho de estado representa um arcabouço material que não pode ser reduzido ao poder da burguesia.

Para a compreensão dessa tese, é primeiramente necessário, segundo Poulantzas, romper com o esquema corrente das relações de produção. De fato, a base do edifício material do Estado encontra-se nas relações de produção e na divisão social do trabalho, mas isto não segundo a concepção corrente pela qual as relações de produção “são observadas como simples reflexo automático do processo tecnológico das forças produtivas” (*ibidem*, p. 55), ou seja, as forças produtivas como reflexo de uma base “neutra, tecnológica”. Em suma, é necessário romper com o corrente esquema base-

superestrutura, porque precisamente disso depende “a compreensão da relação do Estado com as relações de produção e com a luta de classes” (*ibidem*, p. 43). Para uma compreensão adequada devemos

mais do que nunca afastarmo-nos de uma concepção economicista-formalista, segundo a qual a economia nos diferentes modos de produção é composta de *elementos invariáveis* (...), e autorreproduz-se e autorregula-se mediante uma combinatória interna (*ibidem*).

A tese decisiva à qual aqui se apegamos Poulantzas é que “o Estado/o político (isso vale também para a ideologia) é sempre constitutivo, mesmo que sob diferentes formas, nas relações de produção e sua reprodução” (*ibidem*, p. 45). Numa palavra: “o papel do Estado na relação com a economia é sempre apenas a modalidade de uma presença constitutiva do Estado no interior das relações de produção e sua reprodução” (*ibidem*).

São traços característicos das relações de produção:

1. A “relação de propriedade econômica”, pela qual a propriedade é referida em sentido jurídico;
2. A “relação de posse” fática, imediata (2002, p. 46).

A vinculação de propriedade específica do modo de produção capitalista entre esses elementos leva a que os produtores diretos, no capitalismo, sejam postos numa relação de total privação de posse e de propriedade dos instrumentos de trabalho e dos meios de produção. O trabalhador assalariado duplamente livre, como em Marx se denomina, que agora está somente de posse de sua força de trabalho, não pode pôr em marcha o processo de trabalho sem a intervenção do proprietário, o que é representado juridicamente pelo contrato de compra e venda da força de trabalho. E essa estrutura específica das relações de produção capitalistas faz da força de trabalho uma mercadoria, e transforma o sobretabalho em valor. Mas isso leva, “também, à relativa *separação* entre Estado e esfera econômica (acumulação do capital e produção de mais-valor)” (*ibidem*, p. 47). Essa separação constrói, segundo Poulantzas, a base da construção institucional própria do Estado capitalista. Ela é, portanto, específica do capitalismo, e

não pode ser compreendida como efeito especial, oriundo da natureza de elementos autônomos e imutáveis, independentes do modo de produção, mas, sim, como uma característica inerente do capitalismo, que franqueia ao Estado e à economia novos espaços e modifica suas próprias composições (*ibidem*).

Com efeito, e isto é decisivo,

essa separação não deve ser entendida no sentido de uma real exterioridade de Estado e economia, como intervenção externa, por parte do Estado, na economia. *Essa separação é apenas a forma específica que assume, no capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e sua reprodução (ibidem).*

A separação entre Estado e economia no capitalismo é parte do núcleo duro do modo de produção capitalista, ela é uma *característica estrutural* distintiva do capitalismo.

À luz desta exposição metodológico-teórica, Poulantzas chega a sua especificação do que o Estado capitalista é: *a condensação material de uma relação de forças*. Essa formulação fundamental está inserida na tese decisiva para uma teoria do Estado capitalista: que o capitalismo ou as relações de produção capitalistas estão submetidas a uma permanente mudança. O capitalismo representa um sistema que deve continuamente modificar-se para se manter. Mas isso significa, porém, que o próprio Estado expõe-se a constantes modificações. “Ainda que se mantenha o núcleo duro das relações de produção – o Estado permanece capitalista –, elas apesar disso se submetem, ao longo da reprodução geral do capitalismo, a transformações essenciais” (*ibidem*, p. 154). Esses questionamentos ganharam novamente uma especial importância no contexto da transformação dos Estados e do sistema de Estados, na esteira da chamada “globalização” e dos debates, a isso relacionados, quanto ao futuro do Estado nos últimos tempos.

Deve ser esclarecida, portanto, a relação entre as características estruturais autorresistentes do modo de produção capitalista e sua contínua mudança, que também atinge o Estado. Para compreender isso, essas modificações devem ser colocadas em relação, segundo Poulantzas, com as modificações das relações de classe e de dominação. Há que se “desenvolver

uma teoria do Estado capitalista que, partindo das relações de produção, *por meio da estrutura de seu próprio objeto*, revele sua reprodução diferenciada e dependente da luta de classes” (*ibidem*, p. 155).

Isso porque é decisivo, para uma análise verdadeiramente científica do Estado, que “a reprodução histórica e transformação de sua matéria sejam compreendidas nos lugares em que nas diversas formações sociais elas se verifiquem”, quais sejam, “nos lugares da luta de classe” (*ibidem*, p. 54). Em suma: “a teoria do Estado capitalista não pode ser separada da história da constituição e reprodução desse Estado” (*ibidem*). E o motor da história é, como já Marx havia constatado (MEW, v. 4, p. 462), a luta de classes. De modo correspondente, diz-se em Poulantzas:

a relação do Estado com as relações de produção é geralmente uma relação com as classes sociais e a luta de classes. No Estado capitalista, sua relativa separação das relações de produção, separação que é provocada por essas próprias relações, representa a base de sua construção organizacional, e já delinea sua relação com as classes e com a luta de classes no capitalismo (*ibidem*, p. 55).

Observadas de modo mais concreto, manifestam-se as

relações de produção e as relações das quais elas são compostas (propriedade econômica/posse) (...) na forma de relações *de poder* de classe. Essas relações de poder são vinculadas com as relações políticas e ideológicas, e são por estas sancionadas e legitimadas. Essas relações não se somam, simplesmente, às relações de produção já existentes (...). Elas produzem efeito – sob formas específicas em cada modo de produção – já na constituição das relações de produção (*ibidem*, p. 55-56).

E se é assim, avança Poulantzas, as relações ideológicas e políticas exercem um papel essencial na reprodução das relações de produção. O processo de produção e de exploração, logo, é ao mesmo tempo o processo de reprodução dessas relações ideológicas e políticas. De tal quadro, pode ser extraída em seguida a tese central para Poulantzas, a de que o Estado, a partir dessa presença específica no interior das relações de produção capitalistas, pode ser compreendido como “concentração, condensação, materialização e corporificação das relações político-ideológicas nas relações de produção e na

reprodução destas” (*ibidem*, p. 56). Já que, como descrito, para Poulantzas o lugar de reprodução dessas relações é a luta de classes, para ele constitui a luta de classes também o terreno em que o Estado, em sua constituição e reprodução concretas, estabiliza-se. Na luta de classes constituem-se as classes, e as posições das classes nas relações de produção resultam, enquanto relações de poder, já de lutas e práticas (*ibidem*). Essas relações, para Poulantzas, “*não são parte de um campo que se localiza fora do poder e das lutas*, e muito menos elas constituem uma estrutura econômica exterior às classes sociais e pressuposta a essas” (*ibidem*). A perspectiva marxista clássica das “classes em si”, que deve ser superada em favor das “classes para si”, expressa-se para ela: “*não há classes pressupostas a seu oposto, às suas lutas. (...) Localizar o Estado em sua interface com as relações de produção significa delinear os primeiros contornos de sua presença na luta de classes*” (*ibidem*)⁹.

De modo correspondente, cuida-se de

esclarecer teoricamente como a luta de classes, especialmente a luta política e a dominação política inscrevem-se no arcabouço material do Estado (no presente caso, a dominação da burguesia no arcabouço do Estado capitalista), de modo a permitir que tais diferentes formas e transformações históricas deste Estado sejam esclarecidas (*ibidem*, p. 157).

É certo que, por meio do Estado capitalista, a burguesia se constitui como classe dominante, mas isso não de modo que a burguesia, da maneira como já existe, simplesmente utilize o Estado para seus interesses e finalidades – o Estado, portanto, a ser compreendido como “apêndice” do poder da burguesia. Trata-se muito mais, segundo Poulantzas, de entender o “caráter de classe” do Estado como “inscrito em sua materialidade institucional”, pelo que as lutas de classe sempre têm a primazia sobre o aparelho (*ibidem*, p. 157). Para compreender o “caráter de classe” do Estado, deve ser perquirido seu papel simultaneamente no que tange às classes dominantes e às classes dominadas.

Enquanto o papel do Estado relativamente às classes dominadas, conforme Poulantzas, traduz-se em constituí-las em sujeitos de direito

⁹ Quanto aos problemas dessa argumentação, veja JESSOP (1985, p. 163 e ss.); DEMIROVIĆ (1987, p. 29 e ss.); WISSEL (2007, p. 73 e ss.).

individualizados mediante a abstração de sua situação material e seu pertencimento de classe (*desorganização*), *consiste ele, no que toca às classes dominantes, em sua organização*. Aqui recorre ele a uma argumentação corrente no marxismo, pela qual os capitais individuais encontram-se numa relação de concorrência inconciliável, de modo que lhes é impossível diretamente articular seus interesses *gerais*. Correspondentemente, trata-se de “uma organização estatalmente mediada da conflitiva unidade do bloco no poder, e do equilíbrio instável de compromisso entre suas frações” (*ibidem*, p. 158). Com o conceito de “bloco no poder”, Poulantzas recorre à *teoria da hegemonia* de Gramsci, que aqui compreende dois significados distintos:

Hegemonia como “*forma política da práxis das classes dominantes*” (1980, 138) significa, por um lado, “a efetivação dos interesses políticos dessas classes (em sua relação com o Estado), que mantêm seus interesses como ‘interesse geral’ desse corpo político povo-nação, cujo substrato, por outro lado, é novamente o efeito isolamento no campo econômico” (*ibidem*). Como já descrito por Marx e Engels em “A ideologia alemã” (MEW 3, p. 46 e ss.), a ideologia das classes dominantes assume - sob a condição da individualização dos sujeitos da sociedade civil - a forma de interesse geral. A ideologia dominante, a que deve dar-se sempre a forma do interesse geral, é a ideologia da(s) classe(s) dominante(s). No entanto, isso sempre contém também a consideração aos interesses das classes dominadas: “A classe dominante é concretamente coordenada com os interesses gerais das classes subordinadas, e a vida estatal é entendida como constante constituição e superação de relações de equilíbrio instável (...) entre os interesses da classe principal e dos das classes subordinadas” (Gramsci, citado em POULANTZAS, 1980, p. 139).

O segundo aspecto da hegemonia, que Poulantzas não vê mencionado em Gramsci, remete à construção institucional do Estado capitalista, que “possibilita sobretudo a partir dele um ‘bloco de poder’, constituído de várias classes ou frações de classe *politicamente dirigentes*” (*ibidem*). E, entre essas classes dirigentes, sempre uma fração exerce um *papel* especialmente *dominante*, que pode ser definido como *papel hegemônico*” (*ibidem*).

A classe hegemônica é, portanto, aquela

que, no nível do político, por meio de sua relação especial com o Estado, unifica em si a *dupla função* de, por um lado, representar

o interesse geral do povo-nação e, por outro, de exercer entre as classes e frações de classe dominantes uma dominância específica (*ibidem*, p. 138).

O conceito de “bloco no poder” descreve portanto, segundo Poulantzas, “a unidade contraditoriamente construída entre as classes e frações de classe dominantes em sua relação com uma forma específica do Estado capitalista” (*ibidem*, p. 234). Isso é dirigido por uma fração hegemônica, que em regra também assume o papel hegemônico em face das classes dominadas (*ibidem*, p. 240).

A “organização, mediada pelo Estado, da conflitiva unidade pactuada” realiza-se, por conseguinte, sob a direção de uma classe (ou fração), ou de uma aliança de classes, que comanda o bloco no poder e, em regra, também é “reconhecida” pelas classes dominadas em sua hegemonia. O Estado capitalista só pode exercer esse papel de organização em relação respectivamente às classes dominantes e ao bloco no poder, segundo Poulantzas, se ele conserva em relação a esse bloco uma *relativa autonomia*. Contrariamente a concepções que coisificam o Estado numa pura estrutura de organização ou o compreendem como sujeito, ele é entendido como relação social. Ao mesmo tempo, ele possui, no entanto, “uma densidade própria e uma força de resistência, e não se reduz a uma relação de forças” (*ibidem*, p. 162). Isso significa que mudanças da relação de forças entre as classes não se transmitem imediata e diretamente ao Estado. Certamente a alteração das relações de força entre as classes tem sempre uma influência no interior do aparelho estatal, mas ela “se adequa à materialidade dos diferentes aparelhos, e cristaliza-se no Estado apenas sob forma fissurada e diferenciada, correspondente aos aparelhos” (*ibidem*). Como Althusser, com base em Gramsci, havia descrito: a alteração pura do *poder* de Estado não transforma, de maneira alguma, o *aparelho* de Estado em si.

Com o seu conceito da condensação material de uma relação de forças, Poulantzas vê-se, em contraposição às concepções marxistas clássicas, em condições de esclarecer também as contradições e conflitos no interior do aparelho de Estado. Contrariamente à visão clássica que, em última instância, compreende o Estado como “bloco monolítico sem fissuras” (*ibidem*, p. 163),

constata Poulantzas que as contradições da sociedade dividida em classes não atravessam puramente o Estado, mas que o próprio Estado em si é dividido (*ibidem*, p. 164). O Estado se constitui por meio de lutas de classe e contradições de classe – elas se situam “em seu arcabouço material, e constroem assim sua organização” (*ibidem*). Isso significa que o Estado não cumpre “a partir de fora” seu papel de organização das classes dominantes, mas “muito pelo contrário: o jogo dessas contradições no interior da materialidade do Estado possibilita o papel de organização do Estado, por mais paradoxal que isso possa parecer” (*ibidem*, p. 165).

Na esteira dessa descrição, coloca-se a questão de como isso concretamente acontece. Como o Estado, em si fragmentado, organiza as classes dominantes? Poulantzas diferencia sistematicamente cinco aspectos que permitem ao Estado, por meio dessas clivagens, cumprir seu papel de organização:

1. Um mecanismo de *seletividade estrutural* dos aparelhos, que resultam das correspondentes histórias e materialidade, assim como da “específica representação de interesses especiais” no interior desses aparelhos (*ibidem*, p. 165).
2. Um processo de decisão contraditório no interior dos aparelhos, que conduz sistematicamente também a *não-decisões*, igualmente compreendidas como resultado da estrutura interna contraditória do aparelho estatal. Elas são tão importantes para a unidade e organização do bloco no poder quanto as medidas estatais positivas (*ibidem*).
3. Uma *determinação de prioridades*, que está presente no interior da construção organizatória dos diversos aparelhos (*ibidem*, p. 165-166).
4. Uma *filtragem*, que durante o processo de decisão ocorre em diversos níveis (*ibidem*, p. 166).
5. Um “complexo de *medidas* pontuais, conflitivas e *compensatórias*, que são compreendidas consoante os problemas dados” (*ibidem*, grifos do autor).

A política estatal, que por vezes aparece como totalmente caótica e incoerente, revela-se, após observação mais precisa, altamente efetiva na organização dos diversos interesses conflitantes. Nem todos os interesses são tratados de igual modo, pois alguns podem, por mediação estatal, impor-se em detrimento de outros. O caos e a contradição no interior do Estado mostram-se, desta forma, pronunciadamente funcionais para a organização do bloco no

poder. A relativa autonomia do Estado não é, por conseguinte, uma autonomia “*em face das frações do bloco no poder*”, mas “*resultado deste, o que sucede no Estado*” (p. 166-167):

essa autonomia manifesta-se concretamente nas diversas medidas contraditórias, que cada uma dessas classes e frações – por meio de sua presença específica no Estado e da contrariedade daí resultante – pode inserir na política estatal, o que se daria também apenas sob a forma de *medidas negativas* (*ibidem*, p. 167).

Isso não significa, prossegue Poulantzas, que os diversos interesses e estratégias (projetos) das classes e frações não apresentem coerência interna. Mesmo quando a política estatal, logo, soa contraditória e incoerente, isso não significa que os interesses subjacentes seriam igualmente incoerentes. A referência é muito mais a que o Estado também deve ser entendido “*como campo estratégico e processo estratégico*” (*ibidem*). No Estado, cruzam-se nós e redes de poder. As diversas táticas e estratégias (projetos) pretendem certamente revelar, por si, uma coerência interna, mas no Estado elas chocam-se com outros projetos concorrentes, e isso impede que eles possam se impor livremente. Atravessada pelas diversas táticas que se cruzam, conflitam, em parte encontram acesso a determinados aparelhos, etc., cristaliza-se ao fim o que vem se denominar “*a política do Estado*” (*ibidem*, p. 168).

Agora o Estado não há mais de ser compreendido como associação frouxa de partes unitárias desconectadas entre si; o Estado possui certamente um “*aparelho unitário*” (*ibidem*), uma unidade que se constrói por sobre as fissuras devido a uma unicidade do *poder* de Estado. Seguindo aqui Althusser, Poulantzas afirma que a unidade centralizada do Estado “*está inscrita no arcabouço hierarquicamente burocratizado do Estado capitalista*” (*ibidem*). Ela resulta, no entanto, também da estrutura do Estado enquanto condensação de uma relação de forças, “*do posicionamento decisivo, em seu interior, das classes hegemônicas e frações do bloco no poder*” (*ibidem*). Esse complexo é ilustrado concisamente por Poulantzas:

a unidade e centralidade do Estado – atualmente em favor do capital monopolista – surge num processo complexo de

transformações institucionais do Estado, pelos quais determinados centros dominantes de decisão, dispositivos e nós tornam-se permeáveis exclusivamente aos interesses monopolistas. Eles se tornam, então, ou sinalizações da política estatal, ou estrangulamentos para decisões em favor de outras frações do capital tomadas em outros locais (mas no Estado) (*ibidem*, p. 168-169).

Esse processo ocorre, além disso, em duas direções:

a classe ou fração hegemônica não apenas transforma em aparelho dominante aquele em que ela por excelência concentra seus interesses. Cada aparelho dominante do Estado (...) aspira permanentemente a tornar-se local privilegiado dos interesses da fração hegemônica e corporificar as modificações da hegemonia (*ibidem*, p. 169).

Portanto, as classes hegemônicas não tentam apenas transformar em hegemônicos aqueles aparelhos que consubstanciam seus interesses, mas os próprios aparelhos também aspiram a tornar-se hegemônicos, na medida em que se orientam no sentido das classes hegemônicas e tentam tornar-se ambientes destas classes. Esse processo acontece sobre constantes deslocamentos entre e no interior dos aparelhos, como também sobre um processo contínuo de valorização e desvalorização dos aparelhos.

Para a estratégia política das esquerdas, isso tem, segundo Poulantzas, dois efeitos decisivos: primeiramente, uma vitória nas eleições não significa automaticamente real controle

“do – ou também apenas de algum – aparelho estatal. E ainda menos, porque, pela organização institucional do Estado da burguesia, no caso de uma tomada de poder pelas massas populares, podem ser trocadas as áreas do poder real e formal” (*ibidem*, p. 170).

Além disso, no caso de uma tomada de poder, não é de modo algum garantido que as massas populares também possam exercer o domínio sobre o aparelho dominante, já que o Estado não representa uma unidade hierárquica sobre a qual o controle é exercido na medida em que se ocupa o posto mais alto. Isso porque a “organização institucional do Estado possibilita à burguesia atribuir o papel dominante de um aparelho a outro” (*ibidem*).

É importante, além disso, que de forma alguma esse processo de deslocamento acontece ou pode acontecer de um dia para o outro, o que se deve à sintomática imobilidade do aparelho.

O debate sobre a chamada derivação do Estado

A discussão em torno do Estado burguês limitou-se nos anos setenta, sem dúvida, à França. Ela existiu também na Alemanha ocidental, na esteira dos movimentos estudantis de protesto, e também aqui ela foi conduzida sobretudo no contexto marxista. Dois fatores foram especialmente significativos para uma discussão crítica acerca do Estado:

Em primeiro lugar, a transformada situação econômica. A partir de meados dos anos sessenta, manifestações de crise econômica tornaram-se cada vez mais perceptíveis também na República Federal – como em todos os países capitalistas centrais. Já de início tentou-se fazer frente a elas por meio de uma “gestão global”, ou seja, com instrumentos keynesianos de política econômica, e no início dos anos setenta o assunto crescente era o do “limite do keynesianismo” (ESSER, 1975, p. 9-10). Essa “percepção de limite” significou, em última instância, nada mais do que a confissão do fracasso da política de direção estatal, assim como que as promessas de pleno emprego e crescimento contínuo não haviam de ser cumprida.

Em segundo lugar, o clima político e a constelação político-partidária na RFA daquele tempo foram significativos para a preocupação com o Estado. Não com menos importância, como consequência da crise econômica e do movimento de protestos, formou-se em 1966 a grande coalizão que pela primeira vez na história da República Federal levou ao governo o partido socialdemocrata. A isso, seguiu-se a coalizão de governo social-liberal entre SPD e FDP. No geral, eram perceptíveis uma atmosfera de ponto-de-partida e um “clima de reforma”, o que se demonstrava pelas palavras de ordem “reformas internas” e “ousar mais democracia”. Por outro lado, e por fim, as ações da RAF e do “Movimento 2 de junho” fomentaram medidas político-

estatais, expressas no “Decreto dos radicais” e em toda uma série de outras intervenções nos direitos civis fundamentais e de liberdade¹⁰.

Em tal clima, na sequência do movimento estudantil, a esquerda, sob muitos aspectos dividida, ocupou-se do complexo estatal.

O ponto de partida teórico para o debate, na época, foram especialmente os trabalhos de Jürgen Habermas (1961, 1963, 1973) e Claus Offe (1969, 1972), que, sob presságio keynesiano, ocuparam-se do sistema político e do Estado, e atribuíram a este a capacidade de dirigir amplamente o desenvolvimento econômico. O projeto socialdemocrata de uma progressiva “civilização” e humanização do capitalismo, com isso, recebeu também sob o aspecto da teoria do Estado uma justificação. Isso, associado à política dos governos de então, provocou nas esquerdas uma enorme incerteza no que toca às possibilidades de conduzir e remodelar as sociedades capitalistas por meio do Estado, como escreveram Wolfgang Müller e Christel Neusüss em seu ensaio de abertura do debate daquele tempo¹¹ (MÜLLER; NEUSÜß, 1970, p. 7). Sob uma perspectiva mais radical¹², entendida como “revolucionária”, tratava-se de rechaçar a hipótese de que a sociedade capitalista, através da direção estatal, poderia ser fundamentalmente modificada. Esse contexto geral

¹⁰ N.T.: Este parágrafo menciona diversos elementos atinentes ao período histórico dos anos 1960 e 1970 na Alemanha ocidental. Os lemas “Innere Reformen” e “Mehr Demokratie Wagen” foram adotados na época por líderes das coalizões políticas mencionadas pelo autor no trecho em questão, em especial Willy Brandt, chanceler da RFA entre 1969 e 1974. SPD (Sozialdemokratische Partei Deutschlands) é o principal partido no espectro da centro-esquerda, e o FDP (Freie Demokratische Partei) é caracterizado pela defesa do liberalismo. A RAF (Rote Armee Fraktion), também conhecida como grupo Grupo Baader-Meinhof em referência a seus mais expoentes líderes, foi um movimento de guerrilha urbana, ativo entre o final dos anos 1960 e 1993, que ficou conhecido por ações violentas, o que lhes atraiu a pecha de terroristas. O grupo em parte mesclou-se ao Movimento 2 de Junho, que tinha atuação similar e existiu entre 1967 e 1980. O “Decreto dos radicais” (“Radikalenerlass”) foi uma decisão de 1972, de governadores dos Estados e do já mencionado chanceler Willy Brandt, de estipular como condição para a contratação no setor público a “fidelidade à Constituição”, o que era posto em dúvida no caso de pessoas ligadas a organizações tidas por ofensivas à Carta Magna – mormente as de orientação esquerdista –, e que com isso podiam ser legalmente recusadas. Esta disposição ainda não foi revogada, e há casos recentes de professores suspensos por serem filiados a partidos ou serem considerados comunistas. Confira-se, exemplificativamente, a reportagem disponível em < http://www.eldiario.es/internacional/Kerem_Schamberger-Universidad-Alemania-comunista_0_572542875.html>.

¹¹ N.T.: a menção dos autores a um momento de “abertura do debate”, com referência a artigo de Wolfgang Müller e Christel Neusüss na revista Sozialistische Politik, contextualiza-se a partir de uma dissidência no seio desta publicação da qual resultou a fundação, em 1971, da até hoje existente revista PROKLA (Probleme des Klassenkampfes - Zeitschrift für politische Ökonomie und sozialistische Politik), cuja importância desempenhada no campo teórico da esquerda de germanófono é, e o foi principalmente naquele momento, de se destacar.

¹² N.T.: a acepção de “radical”, aqui, não é a de “extremista”, mas de “aprofundada”, de uma perspectiva que vai à raiz das questões que enfrenta.

motivou a revisão do debate teórico sobre o Estado, que tinha como meta, ao mesmo tempo, fazer frente à tradicional no marxismo “teoria do capitalismo monopolista de Estado”, que novamente ganhava amplitude após a autorização de funcionamento do PCA¹³. Esta teoria entendia o Estado essencialmente como instrumento das classes dominantes, ou seja, a burguesia monopolista, o que, tendo em conta as lutas políticas que atravessavam o aparelho estatal da época, não parecia de forma alguma plausível. Já que o Estado, a partir de sua estrutura, era compreendido como um instrumento neutro, estaria justificada, com a teoria do capitalismo monopolista de Estado, a opção fundamental por uma política reformista, bem parecida com as variantes teóricas socialdemocratas-keynesianas.

Portanto, cuidava-se de demonstrar que o Estado da sociedade capitalista-burguesa é relativamente autônomo em relação às classes (incluídas as capitalistas), e não pode constituir um simples instrumento delas, mas permanece ao mesmo tempo sistematicamente vinculado às condições e regularidades estruturais do modo de produção capitalista, e deve ser tratado como parte constitutiva deste; demonstrar, portanto, o Estado capitalista é um “Estado de classe”, sem que possa ser um instrumento imediato de uma classe. Essa forma específica de relação de domínio, o fato de que o domínio de classe manifesta-se num dispositivo formalmente independente e aparentemente superior às classes, é o fundamento da “ilusão do Estado”, ou seja, a consideração de que o aparelho de Estado estaria aberto em igual medida a todos os interesses sociais, e poderia, por caminhos democráticos, ser instrumentalizado no sentido de uma reforma política “anticapitalista” ou, no mínimo, de uma reforma política fundamental.

Com o estabelecimento da “autonomia relativa” – ou, como se diz no debate, a “especialização” do Estado –, tematizou-se um problema teórico que até então, no contexto do marxismo, apenas insuficientemente havia sido enfrentado, que em Althusser, devido a sua compreensão teórica “estruturalista”, permaneceu oculto, e que também nos trabalhos praticamente paralelos de Poulantzas foi insatisfatoriamente solucionado: a

¹³ N.T.: O DKP (Deutsche Kommunistische Partei) foi autorizado a funcionar em 1968. O partido sucedeu o KPD (Kommunistische Partei Deutschlands), dissolvido pelo Poder Judiciário da Alemanha Ocidental em 1953 por considerar suas atividades inconstitucionais.

questão da *definição da forma* específica *do político* na sociedade burguesa-capitalista (comparar HIRSCH; KANNANKULAM, 2006). O renascimento da teoria marxista na esteira do movimento estudantil criou o espaço para um debate mais intensivo com os fundamentos metodológicos e teórico-científicos da crítica da economia política, que agora pôde ser tornado fértil para o desenvolvimento da teoria do Estado. Em oposição à França, essa discussão manteve-se, no entanto, fortemente limitada ao ambiente universitário, o que contribuiu para certo descolamento da realidade e abstração.

No debate da derivação do Estado, tratou-se de mostrar que a reprodução das relações de produção capitalistas agora são asseguradas na medida em que a força física é centralizada num dispositivo especial, formalmente separado das classes sociais. Devia justificar-se, portanto, por que a sociedade burguesa-capitalista, por um lado, baseia-se em que o político é, no Estado, separado da economia, mas isso não significa, por outro lado, que o Estado de fato se posicione “externamente” em face das relações econômicas, com o que ele estaria em condições de “conduzir” ou de “regular” o processo econômico. Tratava-se de responder, por conseguinte, a pergunta já em 1929 colocada pelo teórico do direito soviético Evgeni Pachukanis, no sentido de por que a dominação de classe não permanece o que ela é, ou seja, a submissão fática de uma parte da população sob a outra?

Por que ela assume *a forma* de um domínio oficial estatal, ou – o que é a mesma coisa – por que o aparelho de coerção estatal não é criado como aparelho privado da classe dominante, por que ele se dissocia desta última e assume *a forma* de um aparelho impessoal de direito público, desconectado da sociedade? (PACHUKANIS, 1970, p. 119-120, grifos do autor)

Um modelo de argumentação aqui recorrente foi o recurso ao chamado “teorema do guardião das mercadorias” em Marx. Este escreveu, em “O Capital” (MEW 23, p. 99):

as mercadorias não podem ir ao mercado por si mesmas e permutar-se por si mesmas. Nós devemos, portanto, procurar por seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas, e deste modo não têm resistência face às pessoas. (...) Para pôr em relação essas coisas enquanto mercadorias, devem os guardiões de mercadorias comportar-se como pessoas uns

com os outros, cujos desejos moram naquelas coisas, de modo que cada um só se apossa da mercadoria alheia e aliena a sua própria por meio de um ato duplo de vontade conjunta. Eles devem reconhecer-se reciprocamente, assim, como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, já desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se espelha a relação econômica.

A argumentação marxiana implica que a forma-mercadoria, enquanto forma elementar do modo de produção capitalista, assenta-se em pressupostos que ele mesmo não pode produzir. Já que as mercadorias não podem ir ao mercado sozinhas, devemos nos voltar a seus guardiães. Esses devem, por sua vez, reconhecer-se reciprocamente como pessoas e sujeitos de direito, pois a relação de troca no mercado é uma relação jurídico-contratual. O pressuposto da forma-mercadoria é, por conseguinte, a relação jurídica sob a qual, como se percebe claramente sobretudo em caso de conflito, também se encontra uma força impositiva. A existência de uma força coerciva extraeconômica é, portanto, necessária para uma reprodução em alguma medida estável das relações de produção capitalistas (BLANKE; JÜRGENS; KASTENDIEK, 1975).

Outra abordagem parte das condições estruturais do modo de produção capitalista. Estas são caracterizadas pela propriedade privada, produção privada, trabalho assalariado, troca de mercadorias e concorrência. A produção e apropriação do produto do sobrevalor que aparece como mais-valor acontece mediante a troca de mercadorias, em especial da mercadoria força de trabalho. Ela pressupõe, assim, a atuação relativamente livre das forças de mercado, o que não seria possível se a força de coerção física se encontrasse nas mãos de uma classe – a economicamente dominante. O avanço histórico do capitalismo, dessa forma, é caracterizado pelo desenvolvimento da propriedade privada, trabalho assalariado e mercado, tanto quanto, *simultaneamente*, pela centralização da violência física em uma instância especial – o Estado moderno. Essa centralização do aparelho de violência física e sua relativa autonomia em relação a todas as classes sociais constitui o traço central do Estado burguês-capitalista. Isso remete, aliás, a Max Weber. Este vislumbrou no “monopólio da violência física legítima” a característica decisiva do Estado “moderno”, sem, no entanto, assumir a

fundamentação teórica econômico-classista desenvolvida a partir das abordagens marxianas (WEBER, 1966, p. 1043). Os processos de formação das relações de produção capitalistas e de centralização da força de coerção física no Estado condicionam-se mutuamente, e o Estado deve, com isso, ser compreendido como parte componente integral da relação de produção capitalista. Forma “econômica” (ou seja, forma valor) e forma “política” (que se expressa na especialização ou relativa autonomia do Estado) se põem, assim, em uma relação simultaneamente complementar e contraditória – contraditória, porque as dinâmicas sociais contidas em ambas as formas devem conduzir a permanentes conflitos (HIRSCH, 2005).

A assim realizada “derivação” da “especialização” do Estado em face da economia não pode ser de tal forma mal compreendida, que o Estado seja de fato posicionado em relação à economia (capitalista) de modo exterior e neutro. A separação/especialização é, muito mais, a forma da presença constitutiva do político nas relações de produção capitalistas, para aplicar nesse contexto a acima mencionada tese de Poulantzas. Aliás, seria um erro de interpretação funcional supor como necessariamente dada a forma política especificamente manifestada no formato do Estado e de sua especialização. Na verdade, esta é sempre disputada, e com isso fundamentalmente precária em sua existência. Franz Neumann, em sua análise do sistema de domínio nacional-socialista, demonstrou de modo impressionante como o Estado burguês torna-se “não-Estado” [*Unstaat*], e a forma política capitalista pode ser destruída (NEUMANN, 1977). Processos análogos são possíveis também sob relações liberal-democratas. Um desenvolvimento deste tipo coloca, no entanto, em questão a capacidade de permanência e de reprodução da sociedade capitalista, ao menos num prazo mais longo.

A “especialização” do Estado relativamente à economia é a condição de constituição e reprodução das relações de produção capitalistas, entendidas como relações de classe e de exploração. Como componente necessário dessas relações de produção, ela resulta das relações contraditórias que caracterizam o modo de produção. Ela representa, sob esse aspecto, o modo pelo qual as relações sociais de conflito e de exploração podem “mover-se” (comparar MEW 23, p. 119). Ou, formulado de outro modo: com a

especialização do Estado em face da economia, as relações de classe e de concorrência são tornadas de tal maneira processáveis que os conflitos a elas relacionados não irrompam permanentemente nem sejam abertamente travados. Isso significa, ao contrário, que a especialização do Estado é condição de existência das relações de produção capitalistas. Este não é, portanto, um “fenômeno da superestrutura” neutro nem secundário. E aí se encontra também um limite fundamental à intervenção estatal na economia, porque o Estado burguês é referido de modo central a um processo de acumulação bem-sucedido, na qualidade de sua condição de existência e de reprodução. Em consonância a isso, a tributação não pode ser tão alta a ponto de tornar a produção não rentável e, em última instância, paralisá-la. O mesmo vale para intervenções na propriedade privada dos meios de produção. O limite correspondente à atuação estatal não pode, para a permanência e reprodução das relações de produção capitalistas, ser transposto sem que, sobretudo, o avanço do processo de acumulação e de valorização, e com isso também a existência do Estado, sejam postos em xeque.

A internacionalização do Estado

As duas abordagens aqui brevemente descritas chegam, apesar de distintos contextos teóricos e discursivos, a resultados similares, ao menos se nos referimos às afirmações centrais. Para ambas, em conjunto, trata-se, sobretudo, da perspectiva antieconomicista, que reconhece o Estado como esfera independente, submetida a dinâmicas próprias. Em Poulantzas, que se mostrou cético em relação ao debate fortemente orientado por Hegel na Alemanha Ocidental, encontram-se, apesar disso, vários paralelos com pontos do debate sobre a derivação do Estado (cf. aqui HIRSCH; KANNANKULAM, 2006; KANNANKULAM, 2008, p. 34 e ss.; WISSEL, 2007, p. 85 e ss.). No debate federal-republicano, por fim, reuniram-se as duas tradições (comparar HIRSCH, 1994; 2005; v. também ESSER, 1985).

Contudo, permanecem diferenças consideráveis. Como indicado, o debate em torno da derivação do Estado moveu-se num nível muito abstrato,

e seus resultados ainda não informam nada, em princípio, sobre como se expressa a forma política nas instituições concretas, em que relação ela se coloca com as lutas sociais (de classes), e em que medida ela é produzida e reproduzida por estas (HIRSCH, 2005, p. 15 e ss.). A abordagem relacional de Poulantzas adequa-se a isso, sobretudo para a análise de processos concretos de transformação, por que para ele a alteração das relações de força sempre conduz também a uma – se não também imediata – alteração da expressão concreta da política e da economia. Tal perspectiva dirige-se a uma análise das alterações das relações de poder, e pode com isso demonstrar como a forma do Estado se reconfigura em relações de poder modificadas.

Não é de surpreender, portanto, que Poulantzas tenha tomado parte, já nos anos 1970, no debate francês sobre a internacionalização das relações capitalistas, e com isso pôde apresentar uma importante contribuição na análise desta, que hoje é descrita como “globalização” – muito antes que esse conceito tivesse sido introduzido no debate científico e político. Ponto central da abordagem eram, para ele, os processos de transformação no bloco no poder e uma reconfiguração, daí resultante, de fatores internos e externos no que tange à constituição e transformação do aparelho de Estado. Se, já para o Estado fordista, uma rigorosa divisão dualista entre dentro e fora reclamava uma plausibilidade bem limitada, esta divisão, com os processos de inter- e transnacionalização, perdeu definitivamente sua plausibilidade. A diferenciação, em termos de teoria do Estado, entre interior e exterior, de forma alguma dissolveu-se; apesar disso, essas relações tornaram-se essencialmente mais complexas¹⁴.

Para tanto, a condição foi uma mais precisa diferenciação analítica do bloco no poder e suas frações. A distinção, até então corrente, entre burguesia nacional e burguesia compradora¹⁵ fez-se não mais adequada às relações de

¹⁴ Minucioso quanto a essa aqui apenas esboçada problemática da dialética entre “dentro e fora”, veja WISSEL, 2007, p. 108 e ss.

¹⁵ Poulantzas diferencia a burguesia nacional da compradora. A primeira é “a fração autóctone da burguesia, que – a partir do ponto em que as contradições com o capital estrangeiro imperialista alcançaram um determinado nível – assume uma posição relativamente autônoma na estrutura ideológica e política, e portanto representa uma unidade própria” (2001, p. 51). Em tal categoria, podem ser subsumidas aquelas frações da burguesia que têm um interesse na expansão imperialista; em certas constelações elas podem também participar de lutas por libertação nacional, e até mesmo exercer nelas um papel de direção. Ao contrário, a burguesia compradora não dispõe de uma base de acumulação própria, e pode somente atuar como

classe em transformação na fase do fordismo. A fim de possibilitar melhor compreensão da nova constelação, desenvolveu Poulantzas o conceito de burguesia interna (cf. KANNANKULAM; WISSEL, 2004).

A burguesia interna desenvolve-se (...) na esteira da internacionalização dos processos de trabalho e da produção, assim como da internacionalização do capital, portanto no quadro da reprodução induzida das relações capitalistas dominantes nestas diferentes formações sociais (1977, p. 39).

Ou seja, a burguesia interna nem é definida, de modo puramente externo, como burguesia compradora, nem, de modo autocentrado, como uma burguesia nacional. Com o conceito de burguesia interna, Poulantzas consegue visualizar o fenômeno da internacionalização em sua forma nacional. O Estado nacional é – devido às alterações no bloco no poder – internamente [*innerlich*¹⁶] internacionalizado. É certo que Poulantzas reconhece que as mudanças assumiram uma dimensão global, mas ele as atribui à expansão da burguesia estadunidense, e permanece numa perspectiva que localiza as alterações decisivas nas formações sociais nacionais (nessa linha, também PANITCH; GINDIN, 2004, 2012). Essa posição é hoje polêmica (comparar ALNASSERI et al. 2001; ver também HIRSCH; JESSOP; POULANTZAS, 2001; HIRSCH; WISSEL, 2011). Nos anos 1980 e 1990, a burguesia dos EUA também, respectivamente, internacionalizou-se internamente e, devido à nova qualidade dos processos de produção e de circulação, transnacionalizou-se. As consequências que poder ser depreendidas dessas modificações são hoje amplamente discutidas. Além da análise das alterações no contexto do Estado nacional, que foram concebidas como transformação para o “Estado nacional competitivo” (HIRSCH, 1995), refletiu-se também sobre novas expressões institucionais da forma política nos níveis inter e transnacional (HIRSCH; KANNANKULAM, 2009). Em parte, partiu-se do princípio de que entidades paraestatais – como a OMC – têm origem nos níveis inter e transnacional

“intermediária” para o capital imperialista estrangeiro, por exemplo como “burguesia burocrática” (*ibidem*).

¹⁶ N.T.: o vocábulo *innerlich*, aqui usado como advérbio, a rigor é um adjetivo, em cuja acepção mais recorrente poderia ser traduzido como “íntimo”, embora também possa significar “interno”, o que levou à tradução aqui para “internamente”. A ideia a ser transmitida é a de que se trata de um processo de internacionalização “a partir de dentro”.

(HIRSCH, 2005; para a OMC, veja WISSEL, 2007, p. 161 e ss.). Apoiados em Poulantzas, Ulrich Brand e Christoph Görg falam, nesse contexto, de condensação de segunda ordem (2003, p. 222 e ss.). Também em relação às tendências autoritárias na transformação do Estado foram travadas discussões com os trabalhos franceses e da RFA (comparar HIRSCH, 1980; JESSOP, 2006; KANNANKULAM, 2008). Há muitas indicações de que a formação do bloco no poder assumiu uma forma muito mais complexa – incluindo diferentes níveis de referência e formas de regulação espaciais –, como Poulantzas havia assumido (comparar WISSEL, 2007, p. 122 e ss.). Como devem ser avaliadas as institucionalizações no nível transnacional e em que relação ela se encontra no que toca aos Estados nacionais não é apenas uma questão do debate teórico, mas algo que depende das lutas e confrontos sociais reais.

Isso vale em especial para os processos atuais no contexto da integração europeia, que também coloca a teoria materialista do Estado diante de novos desafios. Nesse sentido, por exemplo, a crescente comunitarização da política de migração significa que se caminha aqui para uma diferenciação multiescalar do sistema (anteriormente nacional) paraestatal, em que os Estados nacionais europeus sem dúvida seguem relevantes, mas não são de maneira alguma atores isolados (comparar BUCKEL; GEORGI; KANNANKULAM; WISSEL, 2014). Os processos de interdependência aí constatáveis indicam que a forma política não precisa, de modo algum, movimentar-se no interior do esquema nacional-estatal. Como expressão do processamento das contradições da sociabilidade burguesa ou compreendida como condensação dessas contradições, trata-se claramente, hoje, de uma internacionalização do Estado (HIRSCH, 2001). Na Europa, construiu-se progressivamente, nesse contexto, um esquema paraestatal multiescalar, composto de aparelhos nacionais, europeus e internacionais ligados em rede entre si (BUCKEL; GEORGI; KANNANKULAM; WISSEL; 2014, p. 21 e ss.).

Que seja no mínimo prematuro um “adeus do Estado nacional” é algo que não apenas o debate sobre a derivação do Estado e Poulantzas justificaram teoricamente. Pelo contrário, principalmente no contexto da crise econômica e financeira global presente desde 2007, revela-se que os Estados nacionais são, tanto quanto antes, importantes atores nos processos de

globalização. Na crise, foram necessárias intervenções estatais massivas para evitar o temido colapso da economia mundial. Com a intervenção estatal sobretudo em favor dos setores bancário e financeiro, agravaram-se ao mesmo tempo as contradições no bloco no poder. Tais intervenções convertem-se, com isso – de modo similar ao modo como Poulantzas atestou em seu diagnóstico de crise no contexto de um estatismo autoritário presente nos anos 1970 –, visivelmente em “fatores de uma crise que se tornam mais do que uma crise puramente econômica” (POULANTZAS, 2002, p. 241). É que “o auxílio seletivo a determinados capitais” em favor dos

‘interesses econômico-corporativos’ de certas frações ou certos capitais individuais em prejuízo de outros (...) aprofunda, como uma bola de neve, as fissuras no bloco no poder. Esse auxílio confere significado político a tais contradições e torna-se fator direto da crise política, visto que continuamente coloca em xeque a organização da hegemonia e do interesse geral de burguesia através do Estado (p. 242).

Isso pode ser reconhecido na renovação de movimentos emancipatórios de protesto e resistência, por um lado, e no renovado fortalecimento de partidos populistas de direita, por outro lado, e nos correspondentes processos de desintegração.

Nas políticas de crise europeias, impuseram-se especialmente as frações transnacionais dos setores financeiro e bancário, e puderam estabelecer-se diversas medidas como o pacto fiscal ou uma nova “Economic Governance”. Com isso, foram concedidos às instâncias europeias mais direitos de controle e de intervenção na política econômica e financeira nacional-estatal (comparar KLATZER; SCHLAGER, 2001; OBERNDORFER, 2012a; 2012b). Ao mesmo tempo, porém, irrompem crescentemente as contradições no interior dos blocos no poder europeus, o que não se revela somente pelas tendências de divisão nos partidos conservadores ou liberais (GEORGI; KANNANKULAM, 2012; WISSEL; WOLFF, 2015). Além disso, essas políticas de crise, concentradas no Executivo e marcadas por ações muito imediatas, implicam um ataque a processos democráticos já consolidados (KANNANKULAM, 2013; OBERNDORFER, 2012b).

Na esteira da transformação neoliberal da sociedade e da crise financeira mundial, não apenas acentuaram-se as contradições sociais, mas também despertaram a necessidade de rigorosas análises teóricas e empíricas sobre as relações de dominação que se impõem na sociedade.

Entre as linhas centrais de conflito, elencam-se, ao lado das relações de classe e das relações sociais com a natureza, também as relações de gênero. Uma teoria do Estado que queira fazer justiça às relações sociais deve revelar como essas diferentes relações de dominação se reconfiguram nos processos de transformação. No que tange às relações do pós-fordismo, o debate apenas começou.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Für Marx*. Frankfurt/Main, 1968 [ed. bras.: *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015]

_____. *Das Kapital lesen*. Bände I u. II. Frankfurt/Main, 1972 [ed. bras.: ALTHUSSER, L; BALIBAR, E; ESTABLET, R. *Ler O capital*. 2 v. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979-1980]

_____. *Ideologie und Ideologische Staatsapparate: Anmerkungen für eine Untersuchung*. In: Ders.: *Ideologie und Ideologische Staatsapparate*. Hamburg, 37-102, 2010. [ed. bras.: *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1987]

ANDERSON, Perry. *Über den westlichen Marxismus*. Frankfurt/Main, 1978 [Ed. bras.: *Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004]

BLANKE, Thomas; JÜRGENS, Ulrich; KASTENDIEK, Heinz. *Das Verhältnis von Politik und Ökonomie als Ausgangspunkt einer materialistischen Analyse des bürgerlichen Staates*. In: Dies.: *Kritik der politischen Wissenschaft 2: Analysen*

von Politik und Ökonomie in der bürgerlichen Gesellschaft. Frankfurt/Main u. a., 414 -444, 1975

BRAND, Ulrich. *Gegen-hegemonie: perspektiven globalisierungskritischer Strategien*. Hamburg, 2005

BRAND, Ulrich; GÖRG, Christoph. *Postfordistische Naturverhältnisse: Konflikte um genetische Ressourcen und die Internationalisierung des Staates*. Münster, 2003

BRETTAUER, Lars; Gallas, Alexander; KANNANKULAM, John; STÜTZLE, Ingo (Hg.). *Poulantzas lesen: Zur Aktualität marxistischer Staatstheorie*. Hamburg, 2006

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci und der Staat: Für eine materialistische Theorie der Philosophie*. Köln, 1981 [ed. Bras.: *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980]

BUCKEL, Sonja. *Subjektivierung und Kohäsion: Zur Rekonstruktion einer materialistischen Theorie des Rechts*. Weilerwist, 2007

BUCKEL, Sonja; GEORGI, Fabian; KANNANKULAM, John; WISSEL, Jens. Theorie, Methode und Analysen kritischer Europaforschung. In: *Forschungsgruppe „Staatsprojekt Europa“* (Hg.): Kämpfe um Migrationspolitik. Bielefeld, 15-86, 2014

BUCKEL, Sonja; FISCHER-LESCANO, Andreas. *Hegemonie gepanzert mit Zwang: Zivilgesellschaft und Politik im Staatsverständnis von Antonio Gramsci*. Baden-Baden, 2007

BUCKEL, Sonja; KANNANKULAM, John; WISSEL, Jens. Die Transnationalisierung des Staates im Prozess der Entstehung einer gemeinsamen europäischen

Migrationskontrollpolitik, Projektantrag bei der Deutschen Forschungsgemeinschaft. 2007

CHARIM, Isolde. *Der Althusser Effekt: Entwurf einer Ideologietheorie*. Wien, 2002

DEMIROVIĆ, Alex. *Nicos Poulantzas: Eine kritische Auseinandersetzung*. Hamburg, 1987

_____. NGO, Staat und Zivilgesellschaft. In: BRAND, Ulrich; DEMIROVIĆ, Alex; GÖRG, Cristoph; HIRSCH, Joachim (Hg.): *Nichtregierungsorganisationen in der Transformation des Staates*. Münster, 141-168, 2001

_____. *Nicos Poulantzas: Aktualität und Probleme Materialistischer Staatstheorie*. 2. erweiterte und korrigierte Neuauflage der Ausgabe von 1987, Münster, 2007

DEMIROVIĆ, Alex; ADOLPHS, Stephan; KARAKAYALI, Serhat. *Das Staatsverständnis von Nicos Poulantzas*. Baden-Baden, 2010

ESSER, Josef. *Materialistische Staatsanalyse*. Frankfurt/Main, 1975

_____. Staat und Markt. In: FETSCHER; IRING; MÜNKLER, HERFRIED (Hg.): *Politikwissenschaft*, Reinbek, 201-244, 1985

GEORGI, Fabian; KANNANKULAM, John. *Das Staatsprojekt Europa in der Krise: Die EU zwischen autoritärer Verhärtung und linken Alternativen*, Rosa Luxemburg Stiftung Brüssel, www.rosalux-europa.info, Oktober 2012

GRAMSCI, Antonio. *Gefängnishefte: Kritische Gesamtausgabe in 10 Bänden*. Hamburg, 1991ff [Ed. bras: *Cadernos do cárcere*. 6 v. Edição de Carlos Nelson

Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002]

HABERMAS, Jürgen; FRIEDEBURG, Ludwig v. u. a. (Hg.). *Student und Politik*. Neuwied, 1991

HABERMAS, Jürgen. *Theorie und Praxis*. Berlin, 1963 [Ed. bras: *Teoria e práxis: estudos de filosofia social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2011]

_____. *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*. Frankfurt/Main, 1973 [Ed. bras: *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002]

HIRSCH, Joachim. *Der Sicherheitsstaat*. Frankfurt am Main u. a., 1980

_____. Politische Form, Politische Institutionen und Staat. In: ESSER, Josef; GÖRG, Christoph; HIRSCH, Joachim (Hg.). *Politik, Institutionen und Staat*. Hamburg, 157-212, 1994

_____. *Der nationale Wettbewerbsstaat: Staat, Demokratie und Politik im globalen Kapitalismus*. Amsterdam/Berlin, 1995

_____. Die Internationalisierung des Staates. Anmerkungen zu einigen aktuellen Fragen der Staatstheorie. In: Ders. u. a. : *Die Zukunft des Staates*, Hamburg, 101-138, 2001

_____. *Materialistische Staatstheorie: Transformationsprozesse des kapitalistischen Staatensystems*, Hamburg, 2005. [Ed. bras.: *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010]

HIRSCH, Joachim; JESSOP, Bob; POULANTZAS, Nicos. *Die Zukunft des Staates: Denationalisierung, Internationalisierung, Renationalisierung*. Hamburg, 2001

HIRSCH, Joachim; KANNANKULAM, John. Poulantzas und Formanalyse: Zum Verhältnis zweier Ansätze materialistischer Staatstheorie. In: BRETTHAUER et al. (Hg.). *Poulantzas Lesen*. Hamburg, 65-81, 2006

HIRSCH, Joachim; KANNANKULAM, John. Die Räume des Kapitals. Die politische Form des Kapitalismus in der ‚Internationalisierung‘ des Staates. In: HARTMANN, Eva; KUNZE, Caren; BRAND, Ulrich (Hg.): *Globalisierung, Macht und Hegemonie*. Münster, 181-211, 2009

HIRSCH, Joachim; WISSEL, Jens. The transformation of contemporary capitalism and the concept of a transnational capitalist class, in: *Studies in Political Economy*, 88, 7- 33, 2011

JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy*, Basingstoke, 1985

_____. *The future of the capitalist state*. Cambridge, 2002

_____. Kapitalistischer Staatstyp und autoritärer Etatismus: Poulantzas' Staatstheorie als moderner Klassiker. In: BRETTHAUER u. a. (Hg.): *Poulantzas lesen*. Hamburg, 65-81, 2006

KANNANKULAM, John. *Autoritärer Etatismus im Neoliberalismus: Zur Staatstheorie von Nicos Poulantzas*. Hamburg, 2008

_____. Die Eurokrise zwischen miteinander ringenden Hegemonieprojekten und Autoritärem Etatismus. In: EIS, Andreas; BÜSING, Harald; KLÖPPER, Manfred (Hg.): *Demokratie in der Krise: Krisenpolitik und demokratische Legitimation*. Oldenburg, 17-34, 2013

KANNANKULAM, John; WISSEL, Jens. Innere Bourgeoisie. In: Haug, Wolfgang Fritz (Hg.): *Historisch Kritisches Wörterbuch des Marxismus*. Band 6/11. Hamburg, 1135-1141, 2004

KIRCHHEIMER, Otto. Von der Weimarer Republik zum Faschismus: die Auflösung der demokratischen Rechtsordnung. Frankfurt/Main, 1976

KLATZER, Elisabeth; SCHLAGER, Christa. Europäische Wirtschaftsregierung - eine stille neoliberale Revolution?. In: Kurswechsel, Heft 1, 61-81, 2011

LUDWIG, Gundula; SAUER, Birgit; WÄHL, Stefanie. *Staat und Geschlecht*. Baden-Baden, 2009

MARTIN, James (Hg.). *The Poulantzas Reader: Marxism, Law and the State*. London, 2008

MARX, Karl. *Vorwort zur Kritik der politischen Ökonomie*. MEW 13, 7-11 [Ed. bras.: Prefácio. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008]

_____. *Das Kapital*. Band 1. MEW 23, 2008 [Ed. bras.: *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013]

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Die Deutsche Ideologie*. MEW 3, 5-530 [Ed. bras.: *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007]

_____. *Das Manifest der kommunistischen Partei*. MEW 4, 459-493 [Ed. bras.: *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998]

MÜLLER, Wolfgang; NEUSÜSS, Christel. Die Sozialstaatsillusion und der Widerspruch von Lohnarbeit und Kapital. In: *Sozialistische Politik* 617, 4-67, 1970

NEUMANN, Franz. *Behemoth: Struktur und Praxis des Nationalsozialismus*, Frankfurt/Main, 1977

OBERNDORFER, Lukas. Hegemoniekrise in Europa: Auf dem Weg zu einem autoritäreren Wettbewerbsetatismus? In: Forschungsgruppe Staatsprojekt Europa (Hg.). *Die EU in der Krise*. Münster, 50-72, 2012a

_____. Der Fiskalpakt: Umgehung der >europäischen Verfassung< und Durchbrechung demokratischer Verfahren? In: *Juridikum: Zeitschrift für Kritik, Recht, Gesellschaft*, 168-181, 2012b

OFFE, Claus. Politische Herrschaft und Klassenstrukturen: Zur Analyse spätkapitalistischer Gesellschaftssysteme. In: KRESS, Gisela; SENGHAAS, Dieter (Hg.). *Politikwissenschaft: Eine Einführung in ihre Probleme*. Frankfurt/Main, 155-189, 1969

_____. *Strukturprobleme des kapitalistischen Staates*. Frankfurt/Main, 1972 [ed. bras.: *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984]

VAN OOOYEN, Robert Christian; SCHALE, Frank. *Kritische Verfassungspolitologie: Das Staatsverständnis von Otto Kirchheimer*. Baden-Baden, 2011

PANITCH, Leo. The new imperial state. In: *New Left Review* 2, 5-20, 2000

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *Globaler Kapitalismus und amerikanisches Imperium*. Hamburg, 2004

_____. *The Making of Global Capitalism*. London, 2012

PASCHUKANIS, Eugen. *Allgemeine Rechtslehre und Marxismus*. Frankfurt/Main, 1970 [Ed. Bras.: *A teoria geral do direito e o marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1989]

POULANTZAS, Nicos. *The Capitalist State: A Reply to Miliband and Laclau*. In: *New Left Review* 95, 63-83, 1976

_____. *Die Krise der Diktaturen*, Frankfurt/Main, 1977 [Ed. bras.: *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976]

_____. *Politische Macht und gesellschaftliche Klassen*. Frankfurt/Main u. a., 1980 [Ed. bras.: *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977]

_____. Die Internationalisierung der kapitalistischen Verhältnisse und der Nationalstaat. In: HIRSCH, Joachim; JESSOP, Bob; POULANTZAS, Nicos. *Die Zukunft des Staates*. Hamburg, 19-68, 2001

_____. *Staatstheorie: Politischer Überbau, Ideologie und autoritärer Etatis- mus*. Hamburg, 2002 [Ed. bras.: *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000]

RUDEL, Gerd. *Die Entwicklung der marxistischen Staatstheorie in der Bundesrepublik*. Frankfurt/Main u.a., 1981

RUSCHIG, Ulrich; SCHILLER, Hans-Ernst (Hg.). *Staat und Politik bei Horkheimer und Adorno*. Baden-Baden, 2014

SALZBORN, Samuel (Hg.). *Kritische Theorie des Staates: Staat und Recht bei Franz L. Neumann*. Baden-Baden, 2009

THALHEIMER, August. *Über den Faschismus*. In: BAUER, O.; MARCUSE, H.; ROSENBERG, A. u.a. *Faschismus und Kapitalismus*. hg. v. W. Abendroth, Frankfurt/Main, 1967 [Ed. bras.: *Sobre o fascismo*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009]

THOMPSON, Edward P. *Zeit, Arbeitsdisziplin, Industriekapitalismus*. Frankfurt/Main, 1980 [ed. bras.: *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo*

industrial. In.: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304]

WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Köln/Berlin, 1956

WISSEL, Jens. Die Transnationalisierung von Herrschaftsverhältnissen: *Zur Aktualität von Nicos Poulantzas' Staatstheorie*. Baden-Baden, 2007

_____. Stichwort: >Kräfteverhältnisse<. In: *Historisch Kritisches Wörterbuch des Marxismus*. Hg. v. Wolfgang Fritz Haug et. al., Band 7 II, Sp. 1941-1955. Hamburg, 2010

WISSEL, Jens; WOLFF, Sebastian. >Staatsprojekt Europa< in der Krise? In: BIELING, Hans-Jürgen; HÜTTMANN, Martin Große (Hg.). *Europäische Staatlichkeit: zwischen Krise und Integration*. Wiesbaden, 2007